

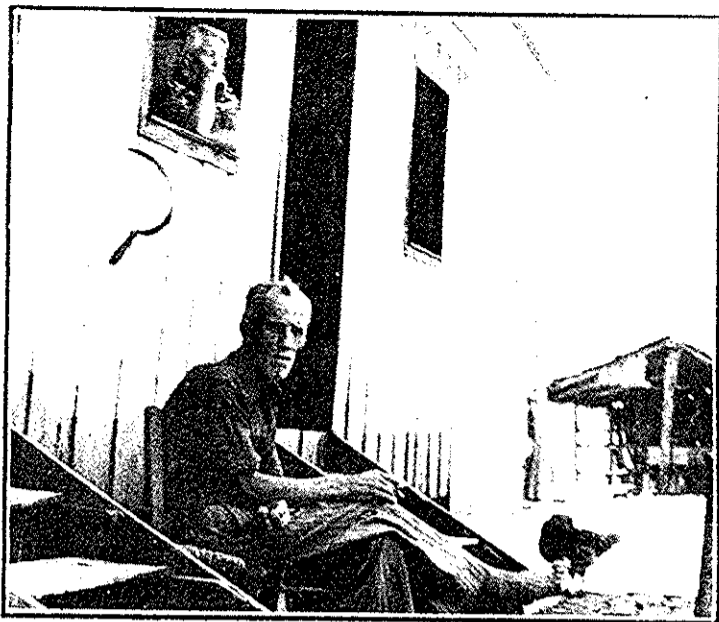
Cena Brasileira

A TRISTE GUERRA DOS CAINGANG

No dia 4 de maio, durante a madrugada, 7 escolas foram totalmente destruídas por incêndios, numa ação simultânea e coordenada, na reserva indígena do Cacique Nonoai, no noroeste do Rio Grande do Sul.

Estava começando o movimento de expulsão dos milhares de posseiros que haviam ocupado as terras dos Caingang, destruindo suas matas e poluindo suas águas. Estava começando uma luta armada, organizada pela comunidade Caingang para libertar sua terra dos intrusos

Murilo Carvalho



Antonio Lewes: "Eles não falaram pesado, só pediram..."

O posseiro Antonio

O milho está seco, empoeirado, pela falta de chuva que desde dezembro não cai no noroeste do Rio Grande do Sul. O sol mal ilumina o céu azulado, num amanhecer tardio, prenúncio de inverno. Silenciosos, Antonio Lewes e toda a família trabalham rápidos, quebrando as espigas secas e amontoando-as para que sejam recolhidas pelo carro de bois. Estão ali, no milhoal, o velho posseiro Antonio, dolorido em seus 76 anos, seus filhos e filhas, todos trabalhando apressados, ansiosos, tensos, sem nenhum ar de alegria que normalmente envolve a colheita. Hoje está sendo a última colheita de Antonio Lewes, intimado pelos índios Caingang a deixar as terras que cultivava, três alqueires, dentro da reserva indígena de Cacique Nonoai, uma área de 14 mil hectares nos municípios de Planalto e Nonoai, a 480 km de Porto Alegre, junto à divisa de Santa Catarina.

Um grupo de índios havia passado no dia anterior, 8 de maio, e explicado a Antonio Lewes que deveriam sair em 72 horas, que fizessem a colheita e fossem embora.

"Mas eles não falaram pesado não, só pediram, e falaram ate com delicadeza, mas tinham flechas e lanças na mão. Pediram um porco, por que disseram que não estavam trabalhando agora, enquanto prepararam essa guerra, e precisam pedir pros colonos. Eu dei o porco e eles foram embora, mas firmes no prazo".

A revolta dos Caingang contra os brancos que ao longo dos últimos vinte anos foram ocupando progressivamente suas terras tem sido latente, e constante, manifestando-se de vez em quando numa agressão ou na apreensão de animais e mantimentos. Mas agora, no início de maio, tudo foi diferente. Organizados, os Caingang decidiram coletivamente armarem-se com suas velhas armas - arcos, flechas, bordunas - e eventualmente uma ou outra arma de fogo, e expulsar todos os brancos de suas terras. Aos grupos, foram por toda a área avisando e dando 24 horas de prazo para que os posseiros saíssem. Centenas de colonos obedeceram logo e partiram, carregando suas coisas, um pouco do que puderam colher - pouco sobrou depois da seca prolongada - e foram ficando arrancha-

dos nas estradas poeirentas em torno da reserva, seus trastes velhos e pobres recobertos de pó, sem destino, sem ideia de para onde ir.

Antonio Lewes, com sua gleba plantada de milho, feijão, trigo e mandioca, está sendo um dos últimos a sair, um pouco talvez porque sua roça, espalhada numa pequena encosta, ao redor de uma casa de madeira e dos ranchos e do paiol, esteja no fim da reserva, já próximo à Vila Cruzeiro, no município de Planalto.

"Eu sei que está certo o índio, a terra é dele mesmo, mas eu não entrei aqui de intrusão não, quando estremos foi tudo legal, foi com contrato de arrendamento da Funai, a gente pagava 20% de tudo que produzia para a Funai, em mercadoria mesmo. Eu guardei todos esses papéis, minha mulher Casimira sempre achou que devia guardar tudo, então agora eu retirei da caixa e mostro todos, estão lá desde 1966, legalinhos.

"Como se vê, estou aqui há mais de quinze anos, tenho os filhos criados aqui, e agora nem sei mais nada, porque alguma coisa está errada, se deixaram a gente tanto tempo, criar raiz, agora não devia mandar embora tão urgente, tão depressa, nesse prazo que não dá pra sair. Os índios estão certos, mas nós também estamos certo, só trabalhamos pra sustentar nossa família, a gente é pobre, não tem terra para trabalhar, vai fazer o quê?"

Na verdade há cerca de 1.800 famílias de colonos brancos morando nas terras Caingang e ocupando uma área de aproximadamente 9.634 hectares, dos 14 mil que compõem a reserva. E representam a grande força produtiva dos municípios de Planalto e Nonoai. Segundo a Cooperativa Sarandi, de Nonoai, cerca de 70% do milho comercializado provém dos colonos que ocupam terras dos índios.

"Nós saindo todos daqui", explica Atilio, o filho mais velho de Antonio, que trabalha rápido ao lado da mulher, Odeite, uma adolescente de olhos grandes, bonita, "vai cair muito o movimento do comércio de Planalto. Aqui mesmo esse comércio que tem nas estrada aí perto, no Pinhalzinho, vai acabar, porque quem vai comprar? Tudo o que produz é os colonos, o índio não produz quase nada pra vender, só pra comer".

A história de Antonio Lewes é a mesma história de quase to-

dos os posseiros de Nonoai, gente sem terra, vivendo de agregado nas fazendas indo e vindo de um canto pra outro a procura de trabalho. Depois de tentar a vida em muitas colônias, acabou sabendo que havia possibilidade de se trabalhar nas terras dos índios e entusiasmou-se quando o governo de Leonel Brizola foi dado início a um projeto estadual de reforma agrária, a partir da compra pelo estado da Fazenda Sarandi. Ao que parece, nessa época muitos colonos foram mesmo incentivados a entrar nas terras da reserva indígena. E mesmo mais recentemente, os interesses eleitorais dos políticos da região, levaram-nos a incentivar a in-

vasão da terra dos Caingang, pois teriam eleitores fiéis e sempre contaram com a inoperância da Funai em defender corretamente o interesse dos índios.

"A gente não esperava que os índios iam reagir assim, eles sempre foram muito mansos, conviviam bem com a gente, diz Antônio Lewes. "Mas agora está preto, eles resolveram mesmo tomar a terra e as brigas que contam que estão acontecendo assustam um pouco. Mas eu não acredito que eles venham brigar com a gente não. Eles chegaram aqui armados mas não fizeram nada. Quem sabe ainda dá certo a gente ficar aqui. Outra vez já aconteceu isso, em 1968, o Exér-

cito passou aqui ameaçando e mandando a gente sair, mas no fim saíram só os mais novos, os que tinham entrado fazia pouco tempo. Os outros ficaram até hoje".

O posseiro Lindolfo

Mas essa esperança de Antonio é desmentida a todo instante pelos outros colonos vizinhos que começam a demolir suas casas, ajuntar seus pertences e vender o pouco da safra que puderem colher. Lindolfo à posse de Antonio, Lindolfo prepara sua mudança. O caminhão que ele contratou em Planalto já está encostado na casa de madeira sem pintura, onde ele mora com a mulher, o filho casado e os netos. Poucos na família de Lindolfo podem ajudar na repentina mudança. O caminhão é carregado apenas pelos homens contratados, pois Lindolfo, com 70 anos, atacado de reumatismo, aposentado pelo Funrural só pode assistir desolado o trabalho dos outros homens. Seu filho, José Vidal também não pode pegar no pesado: há algumas semanas atrás perdeu os dedos da mão direita numa serra elétrica.

Lindolfo e o filho são moradores "recentes" da área, pois estão ali há poucos mais de três anos e estão preocupados e com medo, desejando sair logo da reserva.

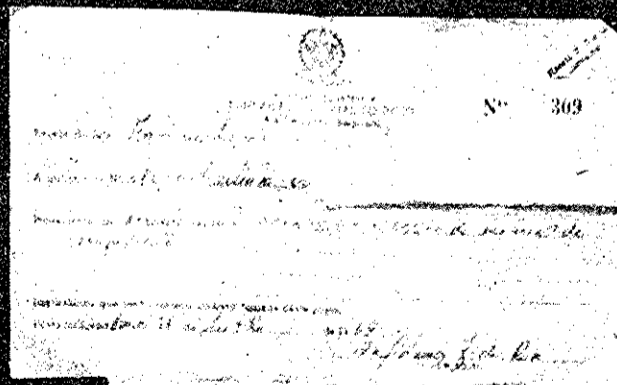
Enquanto a mudança vai sendo posta no caminhão - primeiro o milho e outros cereais - um grupo de índios fica parado a certa distância, numa pequena encosta, olhando distraídos. Mas a presença silenciosa deles coloca um certo ar de nervosismo em todos os brancos.

Antes de vir para Pinhalzinho, Lindolfo trabalhava também num pedaço de "terra branca" (sem título de propriedade), próximo de Irai, a 30 km do Posto de Nonoai.

"Lá a terra era pouco e o lugar era ruim, todos viviam sempre doentes, e por isso a gente veio procurar esse lugar e aqui até melhoramos de saúde". A nora de Lindolfo, loira, olhos azuis, a barriga enorme do terceiro filho que deve nascer logo, está próxima à porta da cozinha cuidando de seus dois outros filhos de 2 e 3 anos, enquanto a mulher de Lindolfo cozinha talvez sua última refeição naquele sítio.

"Alguma coisa está errada..."

Os posseiros também têm sua razão



Os recibos que Lewes mostrou a Movimento referem-se a um contrato celebrado em 1º de abril de 1966, ainda com o antigo SPI - Serviço de Proteção ao Índio, substituído depois pela Funai. Assinado pelo Major Pinheiro Machado, o contrato foi renovado depois, por vários anos, pela Funai.

A TRISTE GUERRA DOS CAINGANG

Todo o milho já foi posto no caminhão e agora só faltam os poucos móveis e objetos da casa. A madeira das construções dificilmente poderá ser levada para fora do parque, embora Lindolfo afirme não ser madeira cortada na reserva.

Lindolfo, o rosto enrugado, os olhos castanhos mostrando uma tristeza que ele não consegue esconder não tem muitas esperanças: "a gente não tem para onde ir. Primeiro vamos pra beira da faixa, tentar se instalar por lá, como todo mundo está fazendo, ficar perto dos outros posseiros. Depois, sabe como é, a gente é igual a balde que sai furado do poço - logo seca. Vamos deixar um pouco aqui, um tanto ali, um pouco vai ficar na beira da estrada, e o resto por aí, viajando sem destino."

O Caingang João e os outros

O sol já refrescou bem e a tarde começa a cair lentamente sobre a aldeia de Bananeira, no caminho de Planalto a Nonoai. No meio dos casebres de madeira, miseráveis, um grupo de índios jovens e garotos jogam futebol. As mulheres trabalham numa ou outra coisa, silenciosas, e alguns homens estão reunidos numa das casas, conversando. Um dos Caingang está com um rádio de pilhas vermelho, ouvindo música. Descendo tranquilo a trilha que liga a aldeia à estrada, um índio baixo, forte, o bigodinho fino, os olhos vivos quase escondidos pelo chapéu de feltro, chega até à casa e conversa rapidamente com os outros que ali estão reunidos. Transmite algumas informações, explica como anda o movimento na reserva e sorri para a garotada que logo se junta à sua volta. Seu nome é dito com certo respeito: é João, um dos capitães índios, auxiliar do cacique Nelson, o Xangré, que se encontra noutro ponto da reserva, próximo a Rio dos Índios. Ali, em toda aquela região, João é que organiza o pessoal e exerce uma liderança decisiva.

Antes de começar a explicar o que e porque os Caingang estão fazendo "esse movimento", espera que chegue outro capitão que também mora por ali, outro João, que vem vindo

com um pacote de açúcar cristal de baixo do braço. Depois resolvem ir visitar outra casa de índios, alguns quilômetros adiante. Pela estrada passam constantemente carros da Brigada militar, patrulhando. O caminho vai margeando quase sempre um mato ralo, capoeira grossa e descampados com pouca plantação. As matas já foram completamente devastadas em quase toda a área, restando apenas, junto do parque indígena uma reserva florestal do estado, com cerca de 14 mil hectares, mas com acesso impedido a eles. Guardas armados não deixam ninguém penetrar na reserva florestal.

A casa de Tino, o índio a quem vão visitar fica num vale suave, não muito distante da região onde Antonio Leves e Lindolfo trabalham suas posses. Tino e outros Caingang que haviam passado um pedaço da tarde treinando flexas e lanças, recebem os dois capitães muito efusivos. Estão todos de certa forma contentes com o rumo que as coisas vão tomando, com os posseiros que deixam ligeiro a reserva.

João, o chapéu de feltro sempre quebrado sobre os olhos fala então por todos:

"O que eu quero contar e dizer, e que o que foi feito até agora na área indígena de Nonoai é trabalho dos índios, não mandado por ninguém. Foi entre a comunidade mesmo que fizeram o planejaram o trabalho. Então nessa parte ninguém é responsável sozinho, é a comunidade, de que é responsável, que fez e planejou. E algumas pessoas mal intencionadas por fora, também acham que nós fomos armados pelas mãos dos outros. Para prova temos nossas flechas, feitas pela nossa mão mesmo, vara do mato, cacete que nós cortamos, entouce, no nosso pensar, já era hora de nós morrer ou matar, mas nós tínhamos que continuar neste trabalho. Então, algumas pessoas que acham que nós fomos mandados é só porque ele estuda em sua ideia mesmo mas estuda sem justificção, ele não pode provar, por exemplo, o que ele está dizendo. E nós, com nosso trabalho, nós provamos que fomos nós mesmo, os índios de Nonoai, que planejaram fazer esse trabalho, 2.800 índios, tudo armado de cacete, de porrete, de flecha, de lança, nós so queremos defender esta área para nossos filhos. A comunidade inteira pensaram que se nós deixasse neste

ano de 78 os brancos aí, no ano de 79 já para nossos filhos não tinha mais terras pra trabalhar. O mato já foi terminado pela mão do homem branco, intruso, e ainda as pessoas que estavam dentro da área, os intrusos, eram tudo licenciado, lucra, pelo governo do Incra, dentro desta área, para fazer mato, da, para terminar com o mato. Foi por isso que a comunidade resolveu se armar para expulsar o posseiro. E não foi a Funai que mandou, não foi o cacique, foi todo mundo da comunidade que mandou. Somente nossa autoridade índia mandava o povo inteiro se acalmar e as vezes eles mesmo não conseguia acalmar bem, o povo já se revoltava contra os intrusos. Se o governo, a policia não tomasse providência pelo índio, os índio tinha matado milhares de intrusos que tem aqui nesta área. Agora por enquanto os índio estão calmos, já calmaram por enquanto. Mas assim mesmo tem o minimo de 2.200 índios que ainda estão planejando, planejando, e se ainda demorar muito, eles expulsos os posseiros desta área conforme o pensar que eles tinham feito. Vão fazer de novo, já que criam essa coragem e fizeram conforme pensaram."

Começa a esfriar e o sol já desapareceu por trás de um morro, as sombras azuladas se espalhando pelo vale. O índios resolvem retornar à aldeia de Bananeira, antes da noite ficar muito densa. Sobem de volta pela trilha quando chega a Brigada militar, em seus uniformes de combate na selva e prende os repórteres. Os índios somem rapidamente pelo mato. Faz muito frio.